



EDUCAÇÃO

Por decisão do presidente Lula, o Enem e os vestibulares continuarão cobrando apenas o conteúdo obrigatório, como português, matemática e ciências, nas provas que dão acesso à universidade, sem incluir os chamados itinerários formativos

Com vetos, Novo Ensino Médio vira lei

» VITÓRIA TORRES*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, a lei que estabeleça as diretrizes do Novo Ensino Médio no Brasil. A sanção foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. As mudanças visam modernizar o currículo do ensino médio, adaptando-o às demandas contemporâneas e preparando melhor os estudantes para o ensino superior e o mercado de trabalho.

Um dos pontos mais controversos da nova lei foi vetado por Lula: o trecho que determinava que os exames de ingresso no ensino superior — como vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) — considerassem os conteúdos dos itinerários formativos além da formação geral básica. Dessa forma, os exames continuarão a cobrar apenas o conteúdo tradicional.

Na justificativa do veto, o governo argumentou que a proposta aprovada pelo Congresso Nacional contraria o interesse público e poderia comprometer a equivalência das provas, afetando as condições de isonomia nos processos seletivos e aprofundando as desigualdades de acesso ao ensino superior. Em outras palavras, a inclusão dos itinerários formativos nos exames poderia beneficiar estudantes de escolas ou de localidades mais ricas, exacerbando as disparidades já existentes no sistema educacional. Outro dispositivo vetado foi o que fixava a mudança nos processos seletivos para o ensino superior a partir de 2027. O governo considerou que, uma vez vetado o trecho anterior, esse parágrafo perderia a função, levando à decisão de rejeitá-lo também.

A nova lei restabelece um total de 2,4 mil horas para a formação geral básica dos estudantes. As disciplinas obrigatórias para todos os anos do Ensino Médio incluem português, inglês, artes, educação física, matemática, ciências da natureza (biologia, física, química) e ciências humanas (filosofia, geografia, história, sociologia). O espanhol será disciplina facultativa.

Além dessas disciplinas obrigatórias, a lei destina 600 horas aos chamados itinerários formativos, que são conjuntos de disciplinas, projetos, oficinas e outras atividades que permitem aos

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Os debates sobre o Novo Ensino Médio mobilizaram entidades estudantis na defesa das 2,4 mil horas para disciplinas obrigatórias

Há escolas de Ensino Médio que têm dez salas de aula, mas não têm internet. Isso impossibilita que os alunos consigam escolher seus objetivos. A escola poderia fazer mais, além de educar*

Aurélio da Silva, professor

alunos aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas de interesse. Cada escola deve oferecer, no mínimo, dois itinerários, exceto aquelas que já oferecem o ensino técnico.

No caso das escolas que oferecem ensino técnico, a estrutura será composta por 2,1 mil horas de disciplinas obrigatórias. Dessas, 300 podem ser destinadas a conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) relacionados

à formação técnica. As demais 900 horas serão exclusivas para o ensino técnico específico do curso. A partir do ano letivo de 2025, as escolas deverão adotar o novo modelo, o que exigirá adaptações curriculares, formação de professores e ajustes na infraestrutura escolar, para manter um nível de

equidade entre escolas públicas e privadas.

Opiniões divididas

Entidades do setor educacional estão divididas quanto às mudanças. Há um grupo que critica o texto aprovado, argumentando que não atende às necessidades reais da educação básica e que pode aumentar a desigualdade entre os alunos. Em oposição, há entidades que

comemoram o que consideram uma melhoria na proposta original.

O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Hugo Silva, disse ao *Correio* que a sanção da lei do Novo Ensino Médio é uma “vitória parcial”. “Acreditamos que lutamos por muito tempo para construir um Ensino Médio que tivesse mais a nossa cara, e para desmanchar esse projeto de escola que é tão desigual e que retira os nossos direitos, o nosso desejo de entrar na universidade, as nossas possibilidades e os nossos sonhos”, disse o líder estudantil.

Ele destacou alguns avanços importantes garantidos pela sanção, como a manutenção das 2,4 mil horas para a formação geral básica. “Também avaliamos como positiva a retirada dos itinerários formativos dos vestibulares. Esses itinerários, na prática, serviam para precarizar a nossa escola e não formavam ninguém. Essa retirada é muito importante porque garante que o vestibular seja com disciplinas que nos fazem aprender de fato.”

SAÚDE

Governo aumenta imposto e preço mínimo dos cigarros

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

No mês de conscientização dos riscos do câncer de pulmão, o governo determinou o aumento do preço mínimo do maço de cigarros em todo o território nacional. O decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu o aumento da alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre cigarros e do preço mínimo de venda do produto no varejo.

O preço mínimo de um maço com 20 cigarros (vintena) passará, em 1º de setembro, de R\$ 5 para R\$ 6,50. Já a alíquota específica de IPI para maço ou box subirá de R\$ 1,50 para R\$ 2,25 a partir de 1º de novembro.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso recorrente do tabaco é responsável por quase 8 milhões de mortes por ano no mundo. Mesmo com campanhas para reduzir o consumo de cigarros, a produção de tabaco no Brasil é a terceira maior do mundo, atrás somente da China e da Índia. Segundo dados do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), entre janeiro e junho de 2024, a indústria fumageira lucrou US\$ 1,24 bilhão ao exportar 195,2 mil toneladas do produto.

O cirurgião oncológico e diretor-executivo da Fundação Câncer, Luiz Augusto Maltoni, argumenta que a taxaço do tabaco é uma das medidas mais eficazes para a redução do consumo. “O cigarro foi uma das grandes catástrofes da humanidade. Diversos tipos de câncer estão relacionados ao tabagismo, 80% dos casos de câncer de pulmão, por exemplo, se devem ao uso do tabaco. Essa taxaço é muito importante, é uma das medidas mais eficazes para redução do consumo”, diz.

Vício perigoso

Desde de 2017, a campanha *Agosto Branco* luta para a conscientização e prevenção do câncer mais letal entre os homens e o segundo com maior índice de mortalidade entre as mulheres: o câncer de pulmão. O Instituto Nacional do Câncer (Inca), do Ministério da Saúde, estima que 32 mil brasileiros receberão o diagnóstico de câncer de pulmão somente neste ano.

Para os fumantes, no entanto, a atenção também deve se voltar a outros tipos de doença. O coordenador da Comissão Científica de Câncer de Pulmão da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), Gustavo Prado, explica

Gustavo Moreno/CB/D.A Press



Para especialistas, a taxaço elevada é eficiente para reduzir o consumo de cigarros

que os cânceres de boca, traqueia, esôfago, além de doenças cardiovasculares e respiratórias, são tão perigosos quanto o câncer de pulmão para os tabagistas.

As estimativas de câncer de traqueia, brônquio e pulmão para o triênio de 2023/2025 são de 32.560 novos casos por ano, de acordo com o Inca.

“O cigarro é o principal fator de risco para o câncer de pulmão, para doença pulmonar obstrutiva crônica, para aceleração da evolução da doença renal crônica, para doença cérebro-vascular, além de ser um fator de aceleração para demência. As doenças são, de verdade, incontáveis”, alerta Prado.

A pesquisa *Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas*, realizada em 2023 pelo Ministério da Saúde nas 27 capitais brasileiras, mostra que a parcela fumante da população ficou em 9,3%, sendo maior entre pessoas do sexo masculino (11,7%) em relação ao sexo feminino (7,2%). A frequência de fumantes, porém, tende a ser menor entre os adultos jovens, de 18 a 24 anos (6,7%). A frequência do hábito de fumar diminuiu com o aumento da escolaridade e foi particularmente alta entre homens com, no máximo, oito anos de estudo (14,6%).

Mesmo com as taxas de tabagismo entre os jovens não representarem o maior percentual, Maltoni explica que, para a sociedade médica, o hábito de fumar é considerado uma doença pediátrica. “A realidade é que o tabagismo, hoje, é considerado uma doença pediátrica, porque a iniciação se dá em torno dos 15 anos de idade no mundo inteiro”, explica.

*Estagiárias sob a supervisão de Vinicius Doria